

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/12/2022 | Edição: 239 | Seção: 1 | Página: 208

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 10.723, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Estabelece orientações e procedimentos aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 138, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria estabelece orientações e procedimentos aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados.

CAPÍTULO II

REDISTRIBUIÇÃO DE CARGO EFETIVO OCUPADO

Competência

Art. 2º A redistribuição de cargo efetivo ocupado será efetivada mediante portaria conjunta dos Ministros de Estado ou dos dirigentes máximos dos órgãos e entidades envolvidos, permitida a subdelegação.

§ 1º A redistribuição de cargos efetivos ocupados entre entidades vinculadas a um mesmo Ministério será efetivada por portaria do respectivo Ministro de Estado.

§ 2º A portaria de redistribuição de cargos ocupados deverá ser publicada no Diário Oficial da União.

Art. 3º Compete às unidades de gestão de pessoas dos órgãos e entidades a instrução, a manifestação e a decisão sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados, observada a legislação aplicável e o disposto nesta Portaria.

Requisitos

Art. 4º A redistribuição de cargos efetivos ocupados efetivada pelos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional observará os seguintes requisitos:

I - interesse da administração;

II - equivalência de vencimentos;

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão registrar, mediante justificativa dos dirigentes máximos, em processo administrativo, as razões que fundamentam o interesse da administração, além da demonstração do cumprimento dos requisitos previstos nos incisos II a VI do caput.

§ 2º O cargo redistribuído não pode ser enquadrado em outro plano de carreira e em plano especial de cargos ou carreira para os quais se exija concurso público específico.

§ 3º A redistribuição deverá observar as restrições constantes da legislação específica dos cargos, das carreiras e dos órgãos ou entidades envolvidos.

§4º Na redistribuição de trata o caput, deverá haver concordância expressa dos servidores ocupantes dos cargos.

Art. 5º No caso de órgãos ou entidades extintos, os servidores ocupantes de cargo efetivo serão lotados no Ministério da Economia, para posterior redistribuição, de acordo com as necessidades identificadas nos órgãos e entidades.

Restrições

Art. 6º O cargo ocupado somente poderá ser redistribuído se o servidor que o ocupa preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - não esteja respondendo sindicância ou processo administrativo disciplinar, nem cumprindo qualquer tipo de penalidade;

II - não esteja em gozo de licença ou afastamento; e

III - não houver sido redistribuído nos últimos cinco anos.

Art. 7º Fica vedada a redistribuição de cargo efetivo ocupado:

I - por servidor em estágio probatório;

II - quando houver autorização ou concurso público em andamento ou vigente para preenchimento dos respectivos cargos, independentemente de classe, padrão ou nível de especialização; e

III - como pena disciplinar ou para atender a interesse exclusivo do servidor.

Art. 8º Fica vedada a redistribuição de pessoal do quadro em extinção da União nos termos do art. 17, §5º, da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.

Procedimentos posteriores à efetivação da redistribuição de cargo ocupado

Art. 9º A apresentação do servidor no órgão ou entidade de destino ocorrerá dentro de, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação da portaria de que trata o art. 2º, caput e §1º, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

§ 1º O órgão de destino deverá informar ao órgão de origem a data da efetiva entrada em exercício do servidor cujo cargo foi redistribuído.

§ 2º Efetivada a redistribuição do cargo efetivo ocupado no SIAPE, o órgão ou entidade de destino passará a efetuar o pagamento da remuneração do servidor.

§ 3º O servidor deverá continuar exercendo suas atividades no órgão de origem até a sua entrada em efetivo exercício no órgão ou entidade para o qual seu cargo foi redistribuído, sob pena de perda da remuneração, observado o disposto no art. 44 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 10. O órgão ou entidade de origem do servidor encaminhará para o órgão ou entidade de destino, no prazo de trinta dias a contar da efetivação do ato de redistribuição, todo o acervo funcional do servidor, até a data da redistribuição.

Art. 11. Na redistribuição que implicar mudança de domicílio, o órgão ou entidade de destino custeará as consequentes despesas do servidor, observadas as normas pertinentes.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Formulário padrão

Art. 12. Fica disponibilizado o formulário anexo a esta Portaria que se destina à prática dos atos de redistribuição de cargos efetivos ocupados entre Ministérios e entre órgãos e entidades vinculadas a um mesmo Ministério.

Art. 13. As unidades de gestão de pessoas dos órgãos e das entidades de origem e de destino, após a publicação da portaria, deverão adotar imediatamente todas as providências cabíveis quanto às atualizações sistêmicas pertinentes.

Art. 14. Os órgãos setoriais deverão observar as determinações do órgão central do Sipec na realização de consultas relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação desta Portaria.

Art. 15. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da SEDGG do Ministério da Economia.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BERGAMASCHI FELIZOLA

ANEXO

REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS OCUPADOS (Competência pelo Art. 2º, caput e §1º)	
O (s) _____, de conformidade com a competência prevista no art. 2º, caput e §1º desta Portaria, e considerando o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve(m) redistribuir:	
Cargo	
Nome / Nome Social:	
Matrícula SIAPE:	
Código de vaga	
Do (a) (órgão ou entidade de origem)	
Para (órgão ou entidade de destino):	
Processo nº:	
Cargo	
Nome / Nome Social:	
Matrícula SIAPE:	
Código de vaga	
Do (a) (órgão ou entidade de origem)	
Para (órgão ou entidade de destino):	
Processo nº:	
(assinatura das autoridades entre Ministérios e entre órgãos e entidades vinculadas a um mesmo Ministério)	

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.